

Julgamentos militares em Guantã;namo sã£o questionados

Uma corte federal de apelaã§ã¶es dos Estados Unidos vai analisar o pedido de advogados de prisioneiros detidos na Base Naval de Guantã;namo, em Cuba (a 144 km de Miami). Para advogados, uma parte crucial dos julgamentos militares ã© inconstitucional e deve ser desconsiderada.

Os advogados dos detidos alegam que as autoridades militares prendem suspeitos de terrorismo, em todo o mundo, e os mantãªm em Guantã;namo, por tempo indefinido, sem permitir que faã§am uso das cortes americanas para contestar legalmente suas situaã§ã¶es.

Em argumentos formalizados por escrito, advogados de mais de 100 detidos, que estã£o trancafiados fora do alcance do sistema judicial dos Estados Unidos, pedem ã Corte de Apelaã§ã¶es do Distrito de Columbia que permitam que as acusaã§ã¶es sejam respondidas em cortes civis.

O presidente George Bush conferiu aos militares essa autoridade quando, mãªs passado, assinou lei que faculta a criaã§ã¶o de comissã¶es especiais para julgar estrangeiros definidos como “inimigos de combate”. Bush assinalou essa lei como uma “ferramenta crucial” em sua campanha contra o terrorismo e disse que ela permite que se processe “vã;rios suspeitos de terrorismo de alto nãvel”.

No final da tarde de quarta-feira (1ãº/11), vã;rios juãzes federais aposentados, tanto filiados ao partido republicano quanto ao democrata, atacaram a lei de Bush. “Cremos que obter evidãncias sob formas legalmente condenadas pelo sistema legal norte-americano, desde a sua fundaã§ã¶o, seja uma forma de erodir o papel vital que ã a guarda segura dos papãois vitais e fundamentais no cumprimento da leiã”, escreveu um dos magistrados.

Argumentos

Em suas petiã§ã¶es, os advogados alegaram que o enquadramento legal da Constituiã§ã¶o americana jamais permitiu que o governo dos Estados Unidos mantivesse presas pessoas, indefinidamente, sem uma acusaã§ã¶o formal. “Pessoas presas sem acusaã§ã¶es devem ter o direito de obter uma perquiriã§ã¶o sobre os fatos e bases legais que sustentem seus aprisionamentos”, afirmaram.

Esse argumento ecoa uma determinaã§ã¶o da Corte Suprema, de junho passado, segundo a qual o sistema da administraã§ã¶o Bush de manter “inimigos de combate”ã atrã;s das grades viola as leis internacionais e dos Estados Unidos. Mas, logo depois, o presidente persuadiu o Congresso em aprovar a lei que criou as comissã¶es militares e barrou os detidos em terem acesso ao sistema de cortes civis. O Departamento de Justiã§a tem atã© 13 de novembro para responder a apelaã§ã¶o dos advogados.